



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA LGBTI+

ATA DA REUNIÃO GERAL
DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBTI+

Aos oito de dezembro de 2022, às dezessete horas, aconteceu reunião extraordinária virtual (via Google Meet). COMPOSIÇÃO DA MESA: André Sardão, presidência da mesa. Presença da Sociedade Civil (pessoa física e pessoa jurídica) na pessoa de seus representantes titulares e suplentes, eleitos conforme votação realizada no dia 01/02/2021 e posse realizada de modo virtual em 16/03/2021, bem como do Poder Público composto pelas Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania; de Educação; da Saúde; de Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e Turismo; de Habitação e Segurança Urbana, e de Cultura.

Primeiramente, tratou-se de assuntos objeto de deliberação:

1. Debate sobre vagas nos Centros de Cidadania LGBTI+

A conselheira Aysha Cristiane solicitou informações de quantas beneficiárias do programa Transcidadania existem em cada Centro de Cidadania LGBTI+ e, caso faltarem beneficiárias para preencher as vagas em algum Centro, o porquê das vagas não terem sido preenchidas. A vice presidente Fe Maidel disse que, quando consultados sobre isso, os coordenadores dos Centros disseram que a morosidade se dá em razão de, antes de serem efetivas no programa, as beneficiárias passarem por uma preparação para garantir que elas estarão em condições de permanecer no programa; a vice presidente Fe Maidel disse também que contribui para isso o fato das vagas terem sido aumentadas, mas ainda não preenchidas completamente, sem prejuízo de recursos. Quanto ao edital de chamamento público para os Centros de Cidadania LGBTI+, disse que está em fase de recebimento e análise de recursos.

2. Informe sobre a reunião com a SPTrans e a Secretaria Municipal de Transportes

O presidente André Sardão informou que o Conselho realizou uma reunião com a SPTrans na qual foram solicitadas informações sobre denúncias de LGBTfobia recebidas na Ouvidoria da SPTrans, a sensibilização sobre temas LGBTI+ para os condutores, e uma campanha de combate à LGBTfobia nos ônibus (estas duas últimas já acordadas em reunião anterior). O conselheiro Gil Santos informou que a mesma linha que ele já havia denunciado anteriormente continua praticando LGBTfobia, e ressaltou a necessidade de uma campanha de combate à LGBTfobia nos ônibus.



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA LGBTI+

3. Centro de Referência de Atenção à Saúde de Pessoas Travestis e Transexuais

A conselheira Tania Regina apresentou sua suplente Márcia Valéria e, em seguida, informou que o Centro de Referência de Atenção à Saúde de Pessoas Travestis e Transexuais terá como objetivo oferecer alguns atendimentos e procedimentos que a Atenção Básica ainda não está preparada para oferecer, como hormonização para adolescentes trans, com apoio psicossocial; acompanhamento pré-natal; abordagem de complicações de silicone e de cirurgias de afirmação de gênero; sangria terapêutica; acompanhamento pré e pós operatório para cirurgias do processo transexualizador nos casos mais complexos; e oferta de saúde mental por meio de grupos e oficinas. O Centro terá horário de funcionamento diferenciado, das 9:00 às 21:00 horas, e o atendimento será por encaminhamento da rede Sampa Trans, mas haverá acolhimento de "portas abertas" para orientação. Foi concedida a palavra a Gabriel Oliveira Lima, da Sociedade Civil, o qual disse que durante uma reunião em 2021 em que participaram o ex-secretário municipal de saúde Edson Aparecido e a vereadora Erika Hilton, foi dito que seria criado um ambulatório de saúde trans e que, desde então, esse ambulatório cada vez oferece menos serviços. O presidente André Sardão questionou se será possível realizar algum tipo de acompanhamento ou tratamento para pessoas intersexo. A conselheira Tania Regina respondeu, ao Gabriel, que o plano de trabalho continua o mesmo, contando com profissionais multidisciplinares, e que a única coisa que foi alterado foi o nome, de "ambulatório" para "centro de referência", uma vez que o primeiro termo está mais associado às patologias; respondendo ao André, disse que o Centro tem como foco a população travesti e transexual, mas que em alguns casos poderá ser ofertado atendimento para pessoas intersexo. O presidente André Sardão sugeriu a inclusão da oferta de atendimento para pessoas intersexo não apenas em alguns casos. A conselheira Aysha Cristiane questionou quem irá realizar a gestão do Centro de Referência e se serão contratadas pessoas LGBTI+, ao que a conselheira Tania Regina respondeu que quem fará a gestão será uma OS e que serão priorizadas pessoas LGBTI+ nas contratações. Disse também que todas as OS estão orientadas a se cadastrarem no TransEmprego. O presidente André Sardão perguntou se será realizada cirurgia no Centro de Referência, ao que a conselheira Tania Regina respondeu que não, as cirurgias permanecem sendo realizados pelo Estado, e que o Centro de Referência apenas fará o acompanhamento pré e pós operatório. O presidente André Sardão perguntou onde será o Centro de Referência, se já existem pessoas contratadas, se elas estão capacitadas e habilitadas, e se haverá estratégia de redução de danos dos efeitos colaterais dos hormônios. A conselheira Tania Regina informou que os profissionais estão em fase de contratação e passarão por capacitação. A conselheira Aysha Cristiane perguntou se haverá encaminhamento do CRT para o Centro de Referência na questão de cirurgias para complicações por silicone. A conselheira Tania Regina respondeu que não, mas que estão buscando no município uma



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA LGBTI+

indicação para realização da cirurgia de complicação de silicone. Foi concedida a palavra a André Bryan, da Sociedade Civil, que gostaria de fazer um retoque numa mamoplastia que fez em médico particular e o CRT disse que não faz retoques. A conselheira Tania Regina disse que de fato não há outras referências além daquelas para as quais o CRT encaminha, e que a fila de espera infelizmente é longa.



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA LGBTI+

APROVAÇÃO DA ATA

Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada conforme lista a seguir:

Pessoa Física Sociedade Civil:

- a) Segmento de Lésbicas:
- b) Segmento de Gays: André Henrique de Freitas Beneit;
- c) Segmento de Mulheres Bissexuais:
- d) Segmento de Homens Bissexuais:
- e) Segmento de Mulheres Travestis:
- f) Segmento de Mulheres Transexuais: Aysha Cristiane Oliveira;
- g) Segmento de Homens transexuais: Gil Santos.
- h) Organização da Sociedade Civil sem Personalidade Jurídica:

Poder Público:

- a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania:
- b) Secretaria Municipal da Saúde: Tania Regina;
- c) Secretaria Municipal de Habitação
- d) Secretaria Municipal de Segurança Urbana:
- e) Secretaria Municipal de Cultura: Terra Johari;
- g) Secretaria Municipal de Educação:
- h) Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo: Cleia Maria Ferreira Lima.